



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



JUSTIFICATIVA PARA A CELEBRAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 04/2025

Justificativa acerca do aditivo de prazo ao
contrato n.º 04/2025, Processo
Administrativo n.º 04/2025.

O Departamento de Licitações e Contratos, do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe (CRF/SE), vem, perante Vossa Excelência, apresentar a justificativa para formalização do **1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 04/2025**, firmado com a empresa RM SUPPLIES TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n.º 22.310.432/0001-31, cujo objeto é a prestação de serviços de implantação de software que possibilite o gerenciamento e atendimento automático ao público, por meio da ferramenta whatsapp, conforme condições estabelecidas no termo de referência da contratação, bem como do termo de aceite de prorrogação contratual, apresentada pela contratada, de acordo com as especificações contidas nos autos do **processo administrativo n.º 004/2025**, e as condições de habilitação verificadas por este Departamento de Licitações e Contratos, com fundamento nos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021, conforme disposições a seguir:

CONSIDERANDO que os artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021 possibilitam a prorrogação da vigência de contratos de natureza contínua, conforme passamos a transcrever:

“(…)

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

1 de 6



III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

CONSIDERANDO o entendimento do renomado professor Marçal Justen Filho, apresentado na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, transcrito abaixo:

“Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também compreendidas necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades que não são indispensáveis. O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos. 11º ed. São Paulo: Dialética, 2005. P.504.)

CONSIDERANDO o que dispõe o Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União:

29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.” (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)



CONSIDERANDO que os serviços em pauta são classificados como contínuos, tendo em vista que a sua interrupção ocasionaria em prejuízo para este órgão, **já que não haveria atendimento automático ao público, por meio da ferramenta whatsapp.**

CONSIDERANDO que houve manifestação expressa por parte da prestadora de serviços, quanto ao interesse na celebração do 1º termo aditivo, por meio de troca de e-mails, devidamente acostado aos autos do processo.

CONSIDERANDO que o inciso I do §4º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021 estabelece a necessidade da previsão de cláusulas que versem sobre o reajuste de preços, conforme passamos a transcrever:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
(...)

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

Em consonância com as normas acima apresentadas, o contrato administrativo n.º 04/2025, celebrado entre o CRF/SE e a empresa RM SUPPLIES TECNOLOGIA LTDA, estabelece em sua cláusula sétima, as condições para a celebração do reajuste, a qual passamos a transcrever:

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V) 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/04/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

Diante do exposto, conclui-se que o requerimento da empresa possui amparo legal e contratual. À vista disso, passamos a calcular o valor a ser reajustado, por meio da “Calculadora do Cidadão”, disponível no site do Banco Central:

(<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=3>).

O índice selecionado foi o INPC (IBGE), de acordo com a previsão contratual. A data inicial foi o mês de abril de 2025 e a data final, o mês de março de 2026 (12 meses). O valor nominal aplicado foi a quantia de **R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)**, que corresponde ao valor unitário (mensal), ocasião em que se obteve o percentual de **3,768810%**. Desta forma, o valor unitário (mensal) do contrato passa a ser de **R\$ 1.867,84 (um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme imagem e tabela disposta a seguir:

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	04/2025
Data final	03/2026
Valor nominal	R\$ 1.800,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,03768810
Valor percentual correspondente	3,768810 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1.867,84 (REAL)

[Fazer nova pesquisa](#) [Imprimir](#)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando aqui.

Gostou desse serviço? Dê sua opinião.



CONSIDERANDO que, conforme abordado no “**Memorando Licitação CRF/SE nº 43/2026**”, a pesquisa de preços demonstrou a vantajosidade, do ponto de vista econômico, quanto à prorrogação dos serviços em questão, uma vez que o valor contratado permanecerá condizente com o praticado no mercado, ainda com a aplicação do índice adotado para o reajuste dos preços.

Além disso, quanto à demonstração da vantajosidade na prorrogação de prazo do contrato, convém mencionar o entendimento da ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no PARECER n. 00001/2019/DECOR/CGU/AGU:

26. Mesmo numa perspectiva burocrática, podemos concluir que o requisito legal para que seja dado azo à prorrogação é certa "vantajosidade" na continuidade da relação contratual. Neste ponto, ressalte-se: em momento algum a Lei impõe a realização de pesquisa de preços como condição para a prorrogação de um contrato de serviço contínuo; a exigência deste procedimento foi instrumentalmente definida, pela praxe administrativa, como uma forma de identificação da vantajosidade exigida pelo legislador. Vale ainda acrescentar que a vantagem que justifica a prorrogação não se resume ao aspecto econômico ou financeiro, sendo possível e pertinente a avaliação de outras vantagens geradas (como o histórico de boa execução contratual), legitimadoras do ato de renovação.

27. Nesse diapasão, a realização de pesquisa de preços não é uma exigência legal, mas sim uma rotina estabelecida pela praxe administrativa com a finalidade de identificação da vantajosidade econômica de renovação contratual.

CONSIDERANDO que na presente demanda fora demonstrada tanto a vantagem econômica, através da pesquisa de preços, conforme relatado no “**Memorando Licitação CRF/SE nº 43/2026**”, como a vantagem de um bom histórico de execução contratual, já que os serviços foram prestados de forma satisfatória durante os primeiros 12 meses de contratualização.

CONSIDERANDO a proximidade do vencimento do contrato em questão, faz-se necessária à sua prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses, consoante entendimento das legislações pertinentes no que tange aos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, tendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



em vista que persistem as necessidades acima elencadas, e os preços e condições continuam vantajosas para a administração.

Por fim, entende-se que a situação vivenciada está caracterizada nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, cujo está devidamente justificada a necessidade de formalização de termo aditivo de prazo.

Ante o exposto, submetemos a presente justificativa à ratificação de Vossa Excelência, para posterior tramitação do processo de celebração de termo aditivo, com a consequente publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

Aracaju/SE, 08 de maio de 2026.

Francisco César Alvaia da Cruz Neto
Departamento de Licitações e Contratos
Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE

RATIFICO os termos da presente Justificativa, pelos fatos e fundamentos apresentados e por estar a mesma, em conformidade com os artigos 92, §4º, inciso I, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Daniel Andrade de Oliveira
Presidente do CRF/SE

6 de 6